

---

# AGROAMIGO 18 ANOS DEPOIS: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO PROGRAMA NO RIO GRANDE DO NORTE

*Agroamigo 18 years later: trajectory, challenges and perspectives of the program in Rio Grande do Norte*

## Joacir Rufino de Aquino

Economista. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (DINTER UFRN-UERN). Professor do Curso de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN/Campus de Assú). [joaciraquino@uern.br](mailto:joaciraquino@uern.br).

## Emanoel Márcio Nunes

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Professor da Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Economia (PPE) e em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido (PLANDITES) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). [emanoelnunes@uern.br](mailto:emanoelnunes@uern.br).

## Roberto Marinho Alves da Silva

Filósofo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável (UNB). Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). [rmas2007@gmail.com](mailto:rmas2007@gmail.com).

---

**Resumo:** O objetivo deste artigo é analisar a trajetória, desafios e perspectivas do Programa Agroamigo, no Rio Grande do Norte, de 2005 a 2022. Para tanto, recorreu-se a uma revisão de parte da literatura disponível sobre o assunto abordado, a compilação de documentos normativos e a sistematização de dados estatísticos de fontes oficiais (IBGE, BNB e BCB). Em linhas gerais, o trabalho mostra que o Agroamigo se expandiu nos seus 18 anos de existência tanto em número de contratos, como em valores aplicados, cujo montante real acumulado alcançou R\$ 2,1 bilhões em investimentos. Destaca-se que o microcrédito aplicado pelo programa tem sido distribuído entre agricultores e agricultoras familiares em todas as áreas do estado, priorizando o segmento de menor faixa de renda. As operações se concentram predominantemente no setor pecuário e, em menor escala, na agricultura e em outras atividades de comércio e serviços. Os resultados obtidos com os financiamentos realizados pelo Agroamigo são diversos, tendo sido identificadas inovações em andamento que podem incrementar a sustentabilidade e a inclusão digital do público atendido, bem como desafios a serem enfrentados na sua operacionalização futuramente. A mensuração aprofundada dos efeitos do conjunto de aspectos mencionados, contudo, requer avaliações qualitativas e quantitativas mais abrangentes e com base em estudos de caso e de impactos territoriais, visando subsidiar o aprimoramento do Programa após alcançar sua maioria institucional.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Agroamigo; Microcrédito Rural; PRONAF; Semiárido.

**Abstract:** The objective of this article is to analyze the trajectory, challenges and perspectives of the Agroamigo Program in Rio Grande do Norte, from 2005 to 2022. For this, we studied official normative documents and the systematization of statistical data from official sources (IBGE, BNB and BCB). In general lines, the work shows that Agroamigo has expanded in its 18 years of existence both in number of contracts and in invested values, whose accumulated amount reached R\$ 2.1 billion in investments in the state. It is noteworthy that the microcredit applied by the program has been distributed among male and female family farmers in all areas of the state, prioritizing the lower income segment. Operations are predominantly concentrated in the livestock sector and, to a lesser extent, in agriculture and other trade and service activities. The results obtained with the financing carried out by Agroamigo are diverse, with ongoing innovations being identified that can increase the sustainability and digital inclusion of the public served, as well as challenges to be faced in the Program's operation. The in-depth measurement of the effects of the set of aspects mentioned, however, requires more comprehensive qualitative and quantitative assessments based on case studies and territorial impacts, aiming to subsidize the improvement of the Program after reaching its institutional majority.

**Keywords:** Family Farming; Agroamigo; Rural Microcredit; PRONAF; Semiarid.

## 1 INTRODUÇÃO

Em vários países do mundo, programas governamentais de financiamento subsidiado de pequenos empréstimos têm sido utilizados como instrumento de fomento à economia e inclusão de segmentos populacionais situados na base da pirâmide social, especialmente nas áreas rurais (YUNUS, 2008). No Brasil, existem dois desses programas reconhecidos como experiências exitosas, ambos capitaneados pelo Banco do Nordeste (BNB): o Crediamigo, destinado aos setores urbanos; e o Agroamigo, voltado ao atendimento da população do campo (BARBOSA; TEIXEIRA; DAMASCENO, 2012; NERI, 2008; SANTOS; GOIS, 2011).

O Agroamigo é o programa de microfinanças rurais do BNB<sup>1</sup>. Foi criado em 2005 para apoiar o público potencial do microcrédito rural formado pelos agricultores pobres, visando gerar ocupação, renda e melhorar os índices de adimplência das operações contratadas. A partir 2012, seu raio de atendimento foi ampliado para todo o público potencial do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Atualmente, na safra 2022/23, está dividido em duas linhas de atendimento: o Agroamigo Crescer, para os agricultores pobres com renda bruta familiar anual até R\$ 23 mil (Grupo B); e o Agroamigo Mais, cujo público é formado pela parcela do segmento familiar com renda bruta anual acima de R\$ 23 mil (Grupo V), o qual pode acessar as demais linhas de crédito do PRONAF, exceto àquelas pertencentes aos assentados de reforma agrária (grupos A e A/C).

Os financiamentos do Agroamigo, ofertados em condições especiais de pagamento, são destinados ao desenvolvimento de atividades produtivas geradoras de renda no campo ou até em áreas urbanas próximas das pequenas propriedades. Os projetos financiados podem ser agrícolas, pecuários ou para outras atividades não agropecuárias praticadas no meio rural, como turismo, pesca, agroindústria, artesanato, comércio e serviços etc.

De acordo com Abramovay (2012) e Aquino e Bastos (2015), um importante aspecto destacado do programa em foco é que ele atua de forma descentralizada, diretamente nas comunidades rurais onde residem os agricultores familiares, oferecendo um atendimento personalizado, com as suas operações sendo executadas e monitoradas pela presença de agentes de microcrédito rural. Conforme a metodologia do Programa, os agentes têm a missão de estabelecer uma relação de proximidade e confiança com o público atendido para contribuir com a orientação do planejamento e o acompanhamento das atividades financiadas.

Como resultado das ações empreendidas, o desempenho do Agroamigo na área de atuação do BNB tem sido extremamente positivo, acumulando números impressionantes (ABRAMOVAY et al., 2013). Segundo dados recentes, o conjunto de contratos passou de 18.035, em 2005, para 593.629, em 2022. Já o valor dos recursos aplicados em valores correntes saltou no mesmo período de R\$ 17,4 milhões para R\$ 3,8 bilhões (BNB, 2023). Entretanto, esses resultados foram obtidos em um contexto social complexo, marcado por fases de calmaria e múltiplas crises.

De fato, em 18 anos de existência, o programa vivenciou ciclos de estabilidade, de crise e de mudanças na orientação da política federal, uma grande seca que durou cinco anos (2012-2017) e a pandemia da covid-19. Tais eventos vão repercutir na dinâmica das políticas públicas de desenvolvimento rural e, também, no funcionamento do programa. Evidentemente, os reflexos serão diversos em cada lugar. Isso porque a dinâmica da agricultura familiar e das políticas públicas nos estados nordestinos é bastante heterogênea, exigindo investigações focalizadas a fim de apreender suas particularidades.

---

1 A lógica das microfinanças que estrutura o Agroamigo, embora tenha como base a oferta de microcrédito, também se pauta na disponibilização de outros serviços aos clientes: acesso a conta bancária, seguros, orientação financeira etc. (ABRAMOVAY et al., 2012). Todavia, como não foi possível acessar dados sobre esses outros serviços, o presente estudo se concentrará exclusivamente nas operações de microcrédito rural do programa.

Nesse sentido, visando contribuir com as discussões sobre o tema em nível regional e estadual, o objetivo deste artigo é analisar a trajetória, desafios e perspectivas do Agroamigo no Rio Grande do Norte, de 2005 a 2022. Mais especificamente, o trabalho procurará evidenciar quatro aspectos: a dimensão do público potencial do programa, a estrutura de sua operacionalização, o desempenho e características das contratações, bem como alguns resultados e desafios para o futuro.

Para alcançar esses objetivos, recorreu-se a uma revisão de parte da literatura disponível sobre o assunto abordado e se procedeu à compilação de documentos normativos oficiais. Os dados trabalhados são oriundos do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, do Banco Central do Brasil (BCB) e, especialmente, da base de dados do BNB (2023) sobre a evolução das contratações e recursos aplicados pelo programa em sua área de abrangência, que inclui os nove estados nordestinos mais parte do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

O estudo se justifica ante a necessidade de monitorar e avaliar o Agroamigo a fim de potencializar seus pontos fortes e buscar alternativas para a solução de possíveis limites existentes. Vale salientar que a maioria absoluta das principais pesquisas já realizadas em nível local têm se dedicado a investigar casos ou recortes territoriais específicos, sem aprofundar aspectos relativos às suas tendências e configuração ao longo do tempo (DANTAS; AQUINO, 2018; NUNES et al., 2015b; PILON; NUNES, 2022; SILVA; SILVA, 2019). Isso significa que este estudo pode contribuir para preencher uma lacuna importante sobre o tema do microcrédito rural no estado por meio de uma visão ampla de sua trajetória.

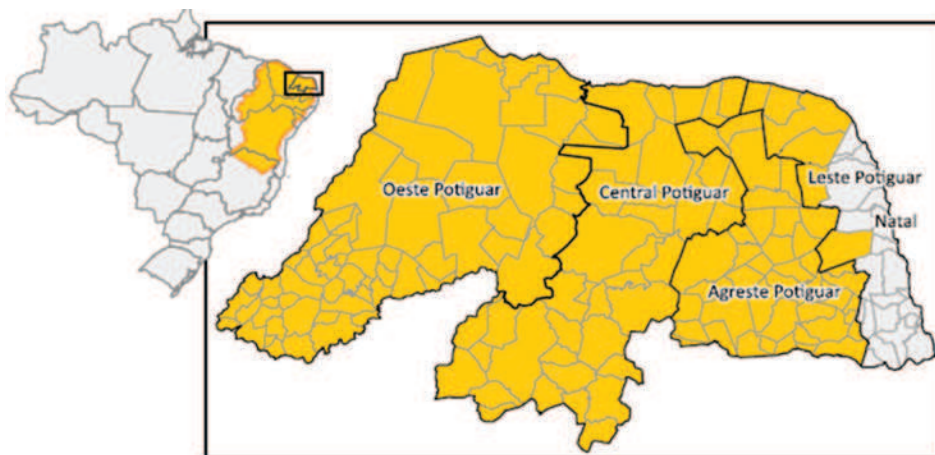
A estrutura do trabalho está organizada em mais seis seções, além desta Introdução. Na seção 2, procura-se apresentar algumas características gerais do público potencial do Agroamigo no Rio Grande do Norte. A seção 3 é dedicada à descrição da estrutura operacional do programa e a seção 4 apresenta a evolução e o perfil das operações financiadas no estado durante o período analisado. A seção 5 discute os possíveis resultados dos recursos aplicados, destacando os limites e perspectivas da política em tela. Na seção 6, por sua vez, são tecidas as considerações finais, buscando sinalizar os desdobramentos dos achados do texto para novas pesquisas de avaliação dos impactos do microcrédito rural no campo norte-rio-grandense e nordestino.

## **2 AGRICULTURA FAMILIAR: PÚBLICO POTENCIAL DO AGROAMIGO NO MEIO RURAL NORTE-RIO-GRANDENSE**

O Rio Grande do Norte ocupa uma área territorial de 52.810 km<sup>2</sup>, dividida em quatro mesorregiões (Oeste Potiguar, Central Potiguar, Agreste Potiguar e Leste Potiguar), 19 microrregiões e 167 municípios. Limita-se ao norte e ao leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a Paraíba e a oeste com o Ceará. Entre os nove estados da região Nordeste, além de ser o terceiro menor em extensão, o RN se destaca por possuir 93% do seu território inserido nos limites do semiárido brasileiro (Figura 1).

O semiárido potiguar se caracteriza, afora os aspectos ambientais, pela ocorrência frequente de estiagens. De acordo com Souza e Aquino (2018), no intervalo de 54 anos (1963 a 2017), 21 apresentaram escassez ou irregularidade de chuvas. Sendo assim, aproximadamente a cada três anos, um é de seca. Os autores ainda destacam que a ocorrência de secas não está restrita ao século passado. Isso porque quase a metade das duas primeiras décadas do século XXI foi marcada pelo fenômeno, totalizando 10 anos de escassez pluviométrica. Dentre os episódios extremos, destaca-se a grande seca de 2012/2017, por se tratar do maior período de escassez de chuvas na história recente do estado, representando uma sequência de cinco anos “muito secos”.

Figura 1 – Localização geográfica e área de abrangência do Semiárido no Rio Grande do Norte – 2017



Fonte: IBGE (2015) e Brasil (2018).

Nota: Mapa elaborado pela geógrafa R. S. França.

No campo norte-rio-grandense, de forma semelhante ao que acontece no contexto regional nordestino, a agricultura familiar<sup>2</sup> é o segmento social numericamente mais expressivo. Conforme Aquino et al. (2020), tendo por base o Censo Agropecuário do IBGE, existiam 63.452 estabelecimentos agropecuários no estado, em 2017. Desse total, 50.680 (79,9%) eram familiares, dos quais 47.283 (93,3% do total) estavam localizados na área do Semiárido retratada na figura acima. Além disso, a categoria responde por 67,8% da ocupação do setor agropecuário, gerando oportunidades de trabalho para mais de 145 mil pessoas em pequenos sítios cujo tamanho médio é de 19 hectares.

Os dados censitários mostram, também, que quase todos os agricultores familiares do Rio Grande do Norte, mapeados pelo último recenseamento oficial realizado no país, estavam “enquadrados no público potencial” do PRONAF<sup>3</sup> e do Agroamigo. Realmente, do universo de 50.680 estabelecimentos familiares existentes no estado, apenas 73 (0,1% do total) podia ser classificado como não pronafiano, considerando as regras vigentes em 2017/2018 (IBGE/SIDRA, 2019). Contudo, com a ampliação do limite de renda para enquadramento no PRONAF verificado na safra 2022/2023, que segundo o BCB (2022) passou para R\$ 500 mil, a totalidade do segmento familiar estadual está apta a pleitear os recursos das políticas citadas.

A significativa aderência da agricultura familiar potiguar aos critérios classificatórios do PRONAF se deve ao baixo nível de renda dos produtores locais. A Tabela 1 evidencia que a maioria dos agricultores familiares (79,3%) está classificada no chamado Grupo B do PRONAF (público do Agroamigo Crescer), com renda bruta anual até R\$ 20 mil, cujo valor situava-se bem abaixo do teto máximo de enquadramento em vigor na época do recenseamento do IBGE, estipulado em R\$ 360 mil. Acima da parcela mais pobre da agricultura local, encontrava-se um pequeno

2 A definição de agricultura familiar adotada nas estatísticas do IBGE (2019) segue a Lei nº 11.326/2006, que foi regulamentada pelo Decreto nº 9.064/2017. Por essas normas formais, são agricultores familiares os produtores que atendem aos seguintes critérios: i) possuem, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ii) utilizam, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; iii) obtenham, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e iv) dirijam o seu estabelecimento ou empreendimento estritamente com sua família. Por exclusão, os estabelecimentos não enquadrados simultaneamente nos critérios descritos são classificados como “Não Familiares”, ou seja, eram estabelecimentos com mais de quatro módulos fiscais, tocados predominantemente por trabalhadores assalariados e dirigidos por administradores ou capatazes (DEL GROSSI, 2019; IBGE, 2019).

3 A tipologia adotada pelo IBGE para tabular os dados censitários contabiliza todos os agricultores familiares classificados pela Lei nº 11.326 que se enquadram nos grupos do PRONAF, segundo as regras vigentes na safra 2017/2018. Ou seja, não se trata de produtores que efetivamente receberam algum empréstimo de crédito rural, mas da fração da totalidade do segmento familiar que apresentava no período do recenseamento potencial de enquadramento nas faixas de renda do público do programa (DEL GROSSI, 2019).

grupo de produtores de renda média (20,5%), classificados no Grupo V do PRONAF (público do Agroamigo Mais).

Tabela 1 – Número e pessoal ocupado nos estabelecimentos familiares do Rio Grande do Norte segundo a tipologia dos grupos do PRONAF – 2017

Tipo de Agricultor (*)	Estabelecimentos		Pessoal Ocupado	
	Número	%	Número	%
Grupo B (público Agroamigo Crescer)	40.206	79,3	108.471	74,8
Grupo V (público Agroamigo Mais)	10.401	20,5	36.132	24,9
Não Pronafiano	73	0,1	400	0,3
<b>Total Familiar</b>	<b>50.680</b>	<b>100,0</b>	<b>145.003</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019). Elaboração dos autores.

Notas: (\*) Grupo B (pobre) = com renda bruta até R\$ 20 mil; Grupo V (intermediário) = com renda bruta de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil; Não Pronafiano (consolidado) = com renda bruta acima de R\$ 360 mil.

Note-se que, apesar da sua importância, a realidade do conjunto da agricultura familiar do Rio Grande do Norte é marcada por “múltiplas carências” (AQUINO et al., 2020; AQUINO; LACERDA, 2014). Para ilustrar essa afirmação, a Tabela 2 elenca algumas dessas carências. Nela, chama atenção o baixo grau de organização coletiva dos agricultores familiares, já que 98,2% não participam de cooperativas. Igualmente preocupante é o fato de que 86,0% dos produtores declararam não ter recebido qualquer tipo de assistência técnica para desenvolver suas atividades, em 2017.

Outros aspectos que merecem relevo são o baixo acesso a máquinas agrícolas, agregação de valor e digitalização via acesso a Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). De fato, a Tabela 2 revela que 86,1% segmento familiar não emprega irrigação, sinalizando que suas plantações e pastagens são dependentes da chuva. Ademais, 97,5% não têm tratores e 94,5% não possuem unidades agroindustriais em seus sítios para agregar valor a produção. O acesso a tecnologias de comunicação também é precário, pois 36,9% do total recenseado não possui telefone e 71,7% não tem acesso à internet, demonstrando a “exclusão digital” que marca o segmento.

Tabela 2 – Carências organizativas e produtivas dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte – 2017

Variáveis	%
Não participa de cooperativas	98,2
Não recebe ATER	86,0
Não utiliza irrigação	86,1
Não tem tratores	97,5
Não tem agroindústria rural	94,5
Não tem telefone	36,9
Não tem acesso à internet	71,7

Fonte: IBGE/SIDRA (2019). Elaboração dos autores.

Diante do breve retrato apresentado, percebe-se que os agricultores familiares potiguares são marcados, em sua maioria, por fragilidades econômicas e apresentam baixo potencial de realizar investimentos a partir das receitas provenientes de seus estabelecimentos. Nesse cenário, o Agroamigo vai desempenhar um papel relevante, fornecendo empréstimos bancários para alavancar as atividades produtivas dessa categoria, que considerando homens, mulheres e jovens residentes nos mais de 50 mil estabelecimentos mapeados pelo IBGE, abrange uma clientela potencial superior a 100 mil agricultores e agricultoras. Para atender a um público tão amplo, o BNB organizou uma estrutura de atuação descentralizada e abrangente no contexto estadual.

### 3 O AGROAMIGO E SUA OPERACIONALIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS POTIGUARES

O programa Agroamigo tem como base a concessão de microcrédito rural, orientado e acompanhado a partir de relações de proximidade com o público atendido, visando à dinamização de economias locais a partir da agricultura familiar. Desde sua implantação, os esforços têm sido direcionados para a construção de um padrão de desenvolvimento rural sustentável, com a inclusão dos agricultores familiares mais pobres (Grupo B) e demais parcelas classificadas no Grupo V do PRONAF a partir de 2012 (AQUINO; BASTOS, 2015).

A atuação do Agroamigo no Rio Grande do Norte, de modo particular, apresentou um crescimento substancial no período estudado. Em 2005, foram registradas operações do programa em apenas 34 dos 167 municípios do estado. Dezoito anos depois, em 2022, ele já demonstrava grande capilaridade estando efetivamente presente com financiamentos realizados em 164 municípios ou 98,2% do total (BNB, 2023).

O Quadro 1 mostra que a sua operacionalização em solo potiguar ocorre por meio de 15 Unidades de Atendimento (UAs) nas agências do BNB. Essas UAs estão distribuídas de forma descentralizada no mapa estadual, sendo localizadas nos seguintes municípios: Angicos, Apodi, Assú, Caicó, Ceará-Mirim, Currais Novos, Goianinha, Jardim do Seridó, João Câmara, Macaíba, Mossoró, Pau dos Ferros, Santa Cruz, Santo Antônio e Umarizal. A partir delas, ocorre a realização das ações de prospecção dos contratos nos demais municípios dentro do raio de abrangência de cada agência do banco, contemplando o estado como um todo.

Quadro 1 – Unidades de Atendimento do AGROAMIGO, sua abrangência municipal e equipe de colaboradores no Rio Grande do Norte – 2022 (\*)

Unidade de atendimento	Municípios abrangidos	Nº de colaboradores Inec-Agroamigo	Função
Angicos	Afonso Bezerra; Angicos; Caiçara do Rio do Vento; Fernando Pedroza; Guamaré; Lajes; Pedra Preta; Pedro Avelino; Santana do Matos; São Rafael.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Apodi	Apodi; Caraúbas; Felipe Guerra; Itaú; Rodolfo Fernandes; Severiano Melo.	6	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 4 agentes de microcrédito.
Assú	Assú; Alto do Rodrigues; Campo Grande; Carnaubais; Ipanguaçu; Itajá; Macau; Paraú; Pendências; Porto do Mangue; Triunfo Potiguar.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Caicó	Caicó; Cruzeta; Ipueira; Jardim de Piranhas; Jucurutu; São Fernando; São João do Sabugi; Serra Negra do Norte; Timbaúba dos Batistas.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Ceará-Mirim	Ceará-Mirim; Ielmo Marinho; Maxaranguape; Poço Branco; Pureza; Rio do Fogo; São Miguel do Gostoso; Taipu; Touros.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Currais Novos	Acari; bodó; Cerro Cora; Currais Novos; Florânia; Lagoa Nova; São Vicente; Tenente Laurentino Cruz.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Goianinha	Arês; Baía Formosa; Canguaretama; Espírito Santo; Goianinha; Montanhas; Nísia Floresta; Nova Cruz; Pedro Velho; São José de Mipibu; Senador Georgino Avelino; Tibau do Sul; Vila Flor.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Jardim do Seridó	Carnaúba dos Dantas; Equador; Jardim do Seridó; Ouro Branco; Parelhas; Santana do Seridó; São José do Seridó.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
João Câmara	Bento Fernandes; Caiçara do Norte; Galinhos; Jandaíra; Jardim de Angicos; João Câmara; Parazininho; Pedra Grande; São Bento do Norte.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Macaíba	Bom Jesus; Extremoz; Macaíba; Natal; Parnamirim; Riachuelo; Santa Maria; São Gonçalo do Amarante; São Paulo do Potengi; São Pedro; Vera Cruz.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.

Unidade de atendimento	Municípios abrangidos	Nº de colaboradores Inec-Agroamigo	Função
Mossoró	Areia Branca; Baraúna; Governador Dix-Sept Rosado; Grossos; Mossoró; Serra do Mel; Tibau; Upanema.	5	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 3 agentes de microcrédito.
Pau dos Ferros	Água Nova; Alexandria; Coronel João Pessoa; Doutor Severiano; Encanto; Francisco Dantas; José da Penha; Luís Gomes; Major Sales; Marcelino Vieira; Paraná; Pau dos Ferros; Pilões; Portalegre; Rafael Fernandes; Riacho de Santana; São Francisco do Oeste; São Miguel; Taboleiro Grande; Tenente Ananias; Venha-Ver.	10	- 1 coordenador de unidade; - 2 assist. de coordenação; e - 7 agentes de microcrédito.
Santa Cruz	Barcelona; Campo Redondo; Coronel Ezequiel; Jaçaná; Japi; Lagoa de Velhos; Lajes Pintadas; Monte das Gameleiras; Ruy Barbosa; Santa Cruz; São Bento do Trairi; São José do Campestre; São Tomé; Senador Elói de Souza; Sítio Novo; Tangara.	9	- 1 coordenador de unidade; - 2 assist. de coordenação; e - 6 agentes de microcrédito.
Santo Antônio	Boa Saúde; Brejinho; Jundiá; Lagoa d'Anta; Lagoa de Pedras; Lagoa Salgada; Monte Alegre; Passa e Fica; Passagem; Santo Antônio; Serra Caiada; Serra de São Bento; Serrinha; Várzea.	10	- 1 coordenador de unidade; - 2 assist. de coordenação; e - 7 agentes de microcrédito.
Umarizal	Almino Afonso; Antônio Martins; Frutuoso Gomes; Janduí; Joao Dias; Lucrécia; Martins; Messias Targino; Olho d'Água do Borges; Patu; Rafael Godeiro; Riacho da Cruz; Serrinha dos Pintos; Umarizal; Viçosa.	6	- 1 coordenador de unidade; - 1 assist. de coordenação; e - 4 agentes de microcrédito.

Fonte: BNB (2023).

(\*) Informações fornecidas pela gerência do Escritório Regional do Agroamigo em Natal/RN.

É importante assinalar que o processo de efetivação das operações do Agroamigo não é realizado por funcionários do BNB, mas por colaboradores vinculados ao Instituto Nordeste Cidadania (INEC)<sup>4</sup>. Nesse sentido, é possível observar no Quadro 1 que a equipe do Rio Grande do Norte em 2022 estava constituída por 91 colaboradores: 15 coordenadores de unidade, 18 assistentes de coordenação e 58 agentes de microcrédito.

Os agentes de microcrédito são peças fundamentais na engrenagem de funcionamento do Agroamigo. No primeiro ano dessa política, esses profissionais eram apenas 14, subiram para 54 em 2015 e agora são quase 60, como se viu acima. Eles desenvolvem as atividades se movimentando em motocicletas cotidianamente entre os municípios abrangidos na UA em que estão sediados. Entre suas múltiplas funções, destacam-se: elaborar o plano de ação das rotinas operacionais de sua carteira de clientes segundo metas estabelecidas; realizar promoções e palestras informativas nas localidades sobre produtos de microfinanças, além de outros eventos que tenham por finalidade captar novos clientes e manter os ativos; atender às solicitações de empréstimo mediante a elaboração das propostas de crédito e da orientação quanto aos encaminhamentos burocráticos para viabilizar a operação; orientar os clientes de sua carteira e verificar a aplicação dos créditos concedidos conforme as diretrizes do programa; fazer a cobrança dos créditos inadimplentes, segundo a metodologia estabelecida pelo INEC-BNB e estimular a renovação das operações.

De maneira geral, a performance da equipe do Agroamigo potiguar, embora em número ainda reduzido em relação à demanda potencial existente destacada ao final da seção anterior, tem sido exitosa em relação à expansão do número de contratos e de valores contratados, conforme será demonstrado na sequência. Porém, corroborando com a realidade regional, parece existir ainda muitos desafios a serem superados. É o que procuraremos evidenciar ao analisar a evolução contratual e dos recursos aplicados pela política em foco nos municípios norte-rio-grandenses, desde sua criação até o presente.

4 Trata-se de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) criada em 1993, que tem termos de parceria com o Banco do Nordeste na execução do Crediamigo (urbano) e do Agroamigo (rural). Para mais informações, consultar: <https://inec.org.br/>.

## 4 TRAJETÓRIA E DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES DO AGROAMIGO NO RIO GRANDE DO NORTE (2005-2022)

### 4.1 Evolução das aplicações de microcrédito rural e distribuição por gênero

Desde o princípio de sua operação, o Agroamigo vem consolidando-se ano a ano como um programa de apoio importante à agricultura familiar no Rio Grande do Norte. Segundo as informações organizadas na Tabela 3, foram realizados, durante o período de 2005 a 2022, o total de 390.972 empréstimos de microcrédito rural. É interessante observar ainda que o programa apresentou significativa resiliência em momentos críticos, ampliando suas contratações durante a grande seca de 2012-2017 e alcançando os maiores percentuais anuais em plena pandemia da covid-19 (2020-2022).

Quanto ao volume de recursos financiados, a Tabela 3 mostra que as aplicações também evoluíram substancialmente, passando de um valor real de R\$ 5.780.450,00, em 2005, para R\$ 203.653.968,00, em 2022, totalizando em 18 anos o montante acumulado de R\$ 2.103.824.102,00. Já o valor médio dos contratos de microcrédito oscilou bastante, mas quase triplicou o seu tamanho real, passando de R\$ 2.434,00 no início do período para R\$ 6.455,00 ao final da série analisada. Entre outros fatores, como o aumento dos tetos de financiamento, esse crescimento do valor médio dos contratos pode ser explicado pela inclusão, a partir de 2012, do público do Agroamigo Mais, que é formado por uma clientela de renda mais elevada e com maior capacidade de endividamento (Grupo V do PRONAF).

Tabela 3 – Evolução das operações do Agroamigo no Rio Grande do Norte, 2005 a 2022

Ano	Nº de contratos	%	Valor (R\$ 1,00)		%	Valor real médio (R\$ 1,00)*
			Nominal	Real*		
2005	2.375	0,6	2.255.630	5.780.450	0,3	2.434
2006	11.608	3,0	12.488.309	31.065.750	1,5	2.676
2007	13.295	3,4	18.207.103	43.471.283	2,1	3.270
2008	11.995	3,1	16.954.279	38.049.403	1,8	3.172
2009	16.645	4,3	25.675.925	55.290.414	2,6	3.322
2010	18.912	4,8	34.262.221	69.844.089	3,3	3.693
2011	20.850	5,3	45.121.389	86.252.743	4,1	4.137
2012	21.485	5,5	53.317.707	96.576.027	4,6	4.495
2013	23.589	6,0	72.546.041	124.231.309	5,9	5.266
2014	22.337	5,7	88.076.209	141.546.897	6,7	6.337
2015	24.684	6,3	104.390.744	151.857.090	7,2	6.152
2016	27.435	7,0	114.510.371	155.698.721	7,4	5.675
2017	27.845	7,1	128.251.416	169.626.220	8,1	6.092
2018	27.678	7,1	140.215.415	178.238.554	8,5	6.440
2019	27.077	6,9	138.509.555	170.486.923	8,1	6.296
2020	29.474	7,5	154.895.289	182.775.961	8,7	6.201
2021	32.138	8,2	187.109.406	199.378.300	9,5	6.204
2022	31.549	8,1	203.653.968	203.653.968	9,7	6.455
<b>Total</b>	<b>390.972</b>	<b>100,0</b>	<b>1.540.440.976</b>	<b>2.103.824.102</b>	<b>100,0</b>	<b>5.381</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2023).

\*Valores corrigidos pelo IPCA de 2022.

Visando ilustrar a distribuição espacial das operações acumuladas do Agroamigo no Rio Grande do Norte, de 2005 a 2022, a Figura 2 mostra o número de contratos e os valores reais aplicados

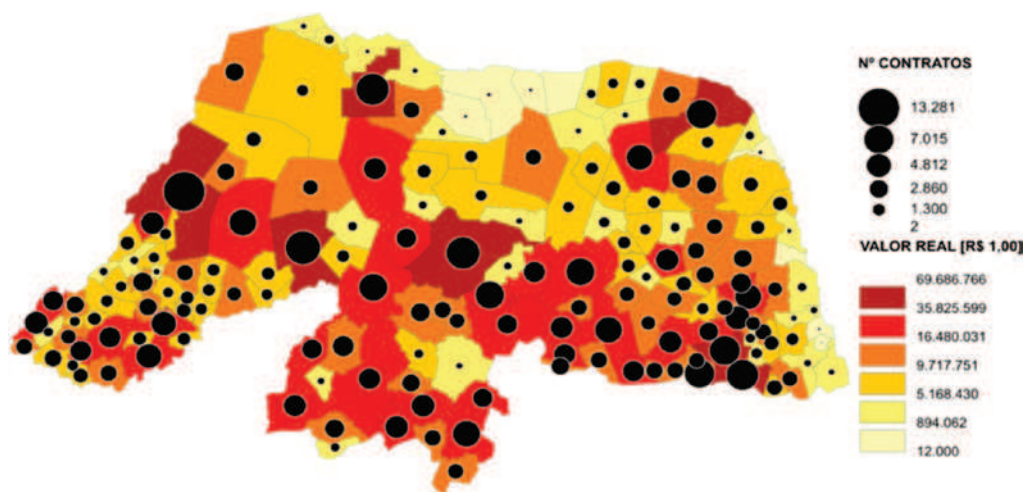


representados pelo conjunto de cores. Entre os 167 municípios do estado, percebe-se que existe uma concentração destacada em quatro: Apodi, Campo Grande, Serra do Mel e Santana do Matos. Uma das especificidades que pode justificar o fato de tais localidades obterem mais recursos do programa, é que elas albergam muitos agricultores familiares, possuem cadeias produtivas estruturadas e apresentam uma presença marcante de organizações coletivas, a exemplo de cooperativas, associações e Organizações da Sociedade Civil – OSCs (NUNES et al., 2015b).

Um olhar panorâmico sobre a Figura 2 revela também uma segunda concentração, menor que a primeira, em nove municípios, a saber: Caraúbas, Jucurutu, Lagoa Nova, São Tomé, João Câmara, Touros, Pedro Velho, Nova Cruz e Montanhas. As demais escalas de concentração sinalizam uma distribuição mais adensada em municípios tomadores de menor valor do microcrédito do Agroamigo, especialmente nas regiões do Alto Oeste Potiguar, do Agreste e do Trairi. Chama a atenção ainda, pela baixa participação nos contratos e valores aplicados, os municípios da Costa Branca (Areia Branca, Macau, Guamaré, Galinhos, Caiçara do Norte), da Região Central e alguns que estão em torno de Mossoró.

A grosso modo, as estatísticas censitárias indicam que as localidades que receberam menos recursos são notadamente as que apresentam a maioria dos agricultores familiares mais pobres, muitas vezes inseridos em um ambiente de “múltiplas carências”, com a ausência de organização coletiva e desenvolvendo suas atividades baseadas em estruturas de trabalho precárias, tal qual indicado na Tabela 2 e em outros estudos de campo já realizados sobre o perfil do público atendido (AQUINO et al., 2020; AQUINO; LACERDA, 2014; NUNES et al., 2015a).

Figura 2 – Distribuição acumulada das operações (contratos e valores reais\*) do AGROAMIGO nos municípios do Rio Grande do Norte, 2005 a 2022



Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores com o software livre Philcarto.

\*Valores corrigidos pelo IPCA de 2022.

Quando analisadas as informações sobre a evolução do número de contratos operacionalizado pelo Agroamigo de 2005 a 2022, chama a atenção como a distribuição acontece considerando as operações por gênero. Nesse aspecto, a Tabela 4 indica que os homens têm sido os maiores beneficiários do programa, detendo um percentual mais elevado dos contratos (53,2%). Mesmo assim, as mulheres agricultoras obtiveram 46,8% contratos do programa nos 18 anos de sua existência no estado. A análise dos dados sinaliza ainda que o público feminino que adere ao microcrédito rural vem aumentando ao longo do tempo, uma vez que sua participação se manteve estável no período e praticamente empatou com os homens nos três últimos anos (2020, 2021 e 2022).

Tabela 4 – Evolução do número de contratos e dos valores reais aplicados pelo Agroamigo por gênero no Rio Grande do Norte, 2005 a 2022

Ano	Contratos*				Valor real (R\$ 1,00)**			
	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%
2005	1.402	59,0	969	40,8	3.413.524	59,1	2.356.675	40,8
2006	6.280	54,1	5.318	45,8	17.001.626	54,7	14.040.498	45,2
2007	7.804	58,7	5.491	41,3	25.741.395	59,2	17.729.889	40,8
2008	7.335	61,2	4.660	38,8	23.369.771	61,4	14.679.632	38,6
2009	9.265	55,7	7.381	44,3	30.666.034	55,5	24.624.380	44,5
2010	10.316	54,5	8.596	45,5	38.331.409	54,9	31.512.681	45,1
2011	11.163	53,5	9.687	46,5	46.275.853	53,7	39.976.889	46,3
2012	11.832	55,1	9.654	44,9	53.225.792	55,1	43.350.235	44,9
2013	12.816	54,3	10.773	45,7	71.765.627	57,8	52.465.682	42,2
2014	11.906	53,3	10.431	46,7	78.119.178	55,2	63.427.719	44,8
2015	12.756	51,7	11.928	48,3	81.092.571	53,4	70.764.518	46,6
2016	14.376	52,4	13.059	47,6	83.824.396	53,8	71.874.325	46,2
2017	14.525	52,2	13.320	47,8	90.787.936	53,5	78.838.284	46,5
2018	14.571	52,6	13.107	47,4	96.053.131	53,9	82.185.423	46,1
2019	13.994	51,7	13.083	48,3	89.709.340	52,6	80.777.583	47,4
2020	15.161	51,4	14.313	48,6	96.260.057	52,7	86.515.904	47,3
2021	16.355	50,9	15.783	49,1	104.679.716	52,5	94.698.584	47,5
2022	15.980	50,7	15.569	49,3	106.567.654	52,3	97.086.314	47,7
<b>Total</b>	<b>207.838</b>	<b>53,2</b>	<b>183.120</b>	<b>46,8</b>	<b>1.136.885.010</b>	<b>54,0</b>	<b>966.905.216</b>	<b>46,0</b>

Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores.

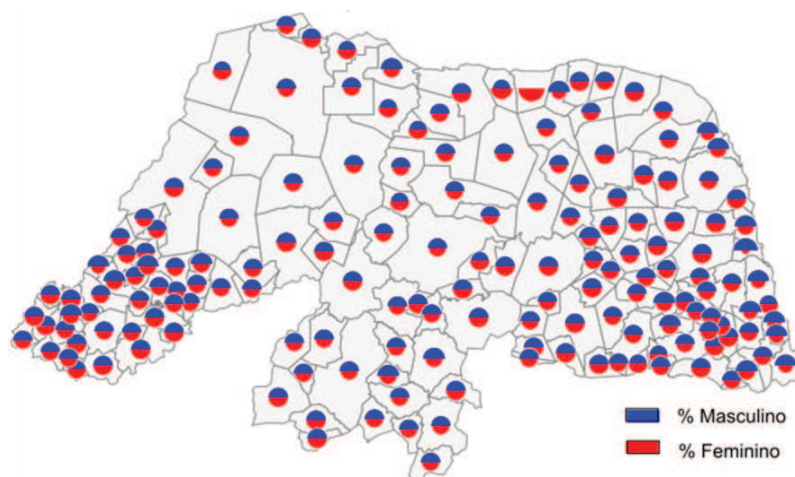
Notas: \*Na base de dados utilizada, em 14 casos, não consta a identificação do sexo do contratante do crédito, subestimando ligeiramente os números em relação ao acumulado total;

\*\*Valores corrigidos pelo IPCA de 2022.

Em relação à divisão dos valores aplicados, observa-se na Tabela 4 uma situação semelhante aos contratos. Isto porque do valor total de microcrédito do Agroamigo concedido de R\$ 2,1 bilhões, entre 2005-2022, 54,0% foram de operações para agricultores e 46,0% foram destinados para as agricultoras familiares. Apesar da porcentagem na divisão dos montantes concedidos apresentar uma proporção maior para os homens, novamente a análise da trajetória dos dados mostra um desempenho crescente da participação das mulheres.

Compete ressaltar que a realidade destacada não é um fenômeno restrito a área de abrangência de uma UA específica ou da atuação diferenciada dos agentes de crédito em localidades particulares. Ao representar na Figura 3 a distribuição espacial dos contratos realizados no âmbito do Agroamigo considerando as operações por gênero, nota-se que praticamente todos os municípios potiguares foram contemplados com concessões de microcrédito tanto para homens como para mulheres seguindo a média estadual. Teoricamente esse pode ser um dos resultados diretos do esforço da política de microcrédito rural de inserir e estimular as mulheres para que participem de processos de construção de dinâmicas de desenvolvimento rural.

Figura 3 – Distribuição dos contratos do Agroamigo por gênero nos municípios do Rio Grande do Norte – 2005 a 2022 (Em %)



Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores com o software livre Philcarto.

Em outras palavras, levando-se em conta que uma das estratégias mundiais das políticas de microcrédito é a de priorizar a concessão de empréstimos para as mulheres, constata-se que as diretrizes do Agroamigo no Rio Grande do Norte têm caminhado no mesmo sentido. Desse modo, a partir dos dados analisados, parece bastante claro o compromisso institucional do BNB-INEC em ampliar a participação das mulheres nos empreendimentos rurais e abrir espaço para sua inclusão como protagonistas das inovações e diversificação produtiva na agricultura familiar potiguar. É preciso verificar, entretanto, se esta diversificação tem acontecido ou não, algo que pode ser feito observando o perfil das atividades financiadas com os empréstimos do programa.

## 4.2 Perfil das atividades financiadas pelo microcrédito e persistência do viés pecuário

A característica principal do Agroamigo é a de conceder empréstimos bancários para apoiar e estimular as atividades desenvolvidas no meio rural pela parcela mais pobre da agricultura familiar e demais segmentos. Nesse sentido, apesar de sugestões e esforços visando dar vida às estratégias de diversificação produtiva e de agregação de valor, integrando a agricultura familiar às iniciativas de agroindústria de pequeno porte e outros serviços, os dados da Tabela 5 mostram que, no Rio Grande do Norte, 86,3% dos contratos do Agroamigo foram carreados exclusivamente para operações de financiamento da pecuária. Ademais, a agricultura recebeu apenas 9,4% dos contratos, restando somente 4,3% em operações destinadas ao apoio dos setores de comércio, serviços e outras atividades, os quais apresentam um comportamento declinante de 2005 a 2022.

Já quanto ao desempenho do Agroamigo considerando a evolução dos valores concedidos, os dados registram praticamente o mesmo perfil de concentração na atividade pecuária, ou seja, 86,6% do total dos R\$ 2,1 bilhões concedidos do microcrédito rural de 2005 a 2022. No entanto, os percentuais alternam nas proporções destinadas à agricultura, apresentando um leve aumento para 10,0% em relação aos 9,4% do percentual dos contratos. O comércio, serviços e outras atividades, por seu turno, tiveram queda de 3,4% dos valores emprestados, em relação aos 4,3% do total de contratos, conforme mostrado na Tabela 5.

Essa queda apresentada no já pequeno percentual da evolução dos contratos e dos valores destinados para as atividades de comércio, serviços e outras, chama a atenção devido ao fato de serem esses tipos de atividades no meio rural os de maior inserção das mulheres. A participação das mulheres nos financiamentos, como será visto adiante, chega a ser mais marcante nos empreendimen-

tos que se relacionam com agregação de valor e gestão, a exemplo das dinâmicas engendradas por iniciativas de agroindústria de pequeno porte que processam a produção familiar, especialmente alimentos, e as atividades de comercialização tanto na venda da produção em feiras como em pequenos comércios nas comunidades rurais onde residem.

Tabela 5 – Evolução dos contratos e dos valores aplicados pelo Agroamigo no Rio Grande do Norte por setor financiado, 2005 a 2022

Ano	Contratos						Valor real (R\$ 1,00)*					
	Pecuária	%	Agricultura	%	Comércio, Serviços e Outras	%	Pecuária	%	Agricultura	%	Comércio, Serviços e Outras	%
2005	1.808	76,1	87	3,7	480	20,2	4.483.891	77,6	194.561	3,4	1.101.998	19,1
2006	8.455	72,8	523	4,5	2.630	22,7	22.730.680	73,2	1.450.407	4,7	6.884.663	22,2
2007	10.930	82,2	1.067	8,0	1.298	9,8	36.002.421	82,8	3.400.835	7,8	4.068.027	9,4
2008	10.279	85,7	786	6,6	930	7,8	32.647.493	85,8	2.462.860	6,5	2.939.051	7,7
2009	14.486	87,0	1.071	6,4	1.089	6,5	48.189.542	87,2	3.567.088	6,5	3.533.783	6,4
2010	16.643	88,0	1.318	7,0	951	5,0	61.549.690	88,1	4.922.299	7,0	3.372.100	4,8
2011	18.658	89,5	1.446	6,9	746	3,6	77.244.646	89,6	5.987.669	6,9	3.020.427	3,5
2012	18.425	85,8	2.038	9,5	1.022	4,8	82.811.076	85,7	9.195.444	9,5	4.569.507	4,7
2013	20.095	85,2	2.573	10,9	921	3,9	105.962.157	85,3	13.977.118	11,3	4.292.034	3,5
2014	20.012	89,6	1.644	7,4	681	3,0	125.599.807	88,7	11.693.291	8,3	4.253.799	3,0
2015	21.935	88,9	1.774	7,2	975	3,9	134.325.030	88,5	12.011.899	7,9	5.520.161	3,6
2016	23.954	87,3	2.419	8,8	1.062	3,9	135.782.320	87,2	14.353.323	9,2	5.563.078	3,6
2017	23.694	85,1	3.307	11,9	844	3,0	144.451.618	85,2	20.432.694	12,0	4.741.908	2,8
2018	23.196	83,8	3.610	13,0	872	3,2	149.928.733	84,1	23.141.495	13,0	5.168.325	2,9
2019	23.502	86,8	3.575	13,2	0	0,0	148.315.529	87,0	22.171.394	13,0	0	0,0
2020	25.613	86,9	2.770	9,4	1.092	3,7	159.109.613	87,1	17.278.187	9,5	6.388.160	3,5
2021	28.301	88,1	2.727	8,5	1.110	3,5	175.939.771	88,2	17.104.128	8,6	6.334.401	3,2
2022	27.402	86,9	4.147	13,1	0	0,0	177.005.449	86,9	26.648.519	13,1	0	0,0
<b>Total</b>	<b>337.388</b>	<b>86,3</b>	<b>36.882</b>	<b>9,4</b>	<b>16.703</b>	<b>4,3</b>	<b>1.822.079.468</b>	<b>86,6</b>	<b>209.993.213</b>	<b>10,0</b>	<b>71.751.422</b>	<b>3,4</b>

Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores.

\*Valores corrigidos pelo IPCA de 2022.

No que se refere ainda às atividades apoiadas pelo microcrédito rural do Agroamigo no campo potiguar, abrindo os dados pelas distintas subcategorias dos setores mencionados anteriormente, percebe-se um viés sempre favorável às atividades criatórias. Conforme indicado na Tabela 6, que destaca a evolução dos contratos das 30 principais atividades financiadas pelo microcrédito rural do Agroamigo no Rio Grande do Norte, de 2005 a 2022, apenas as cinco primeiras (Bovinoicultura, Ovinocultura, Suinocultura, Avicultura e Caprinocultura), todas relacionadas com a pecuária, somam 79,31% das operações. Essa acentuada concentração nas atividades da pecuária, especialmente a bovinocultura que sozinha representa 60,24% do total de contratos realizados no período, é um dos principais limites das estratégias e diretrizes do programa no sentido de promover uma maior diversificação das cadeias produtivas no âmbito da agricultura familiar estadual e na região Nordeste (ABRAMOVAY et al., 2013; AQUINO; BASTOS, 2015; PILON; NUNES, 2022).

É válido mencionar que podem ser registrados nos dados alguns avanços, como o crescimento do financiamento de pequenos animais que apresentam características mais favoráveis para criação nos sítios do público atendido do que os rebanhos bovinos, sobretudo nas áreas semiáridas. O incentivo e a valorização de atividades produtivas adaptadas ao contexto socioambiental é um desafio fundamental. Tal aspecto deve ser considerado em todas as iniciativas que buscam se orientar pela perspectiva da convivência com o Semiárido, sobretudo nas áreas rurais onde, além

das heranças estruturais de concentração da terra e da água e das diversas formas de exclusão e de invisibilidade social, a extrema pobreza termina por induzir impactos ambientais, com a tendência de uso intensivo dos recursos naturais, sem o manejo apropriado de ecossistemas (SILVA, 2010; SILVA et al., 2020).

Dessa forma, para produzir impactos positivos no desenvolvimento rural, os financiamentos devem ser pautados na intensificação produtiva orientada para valorização do trabalho familiar, o que requer combinar custeio e investimento, considerar o contexto das condições fisioclimáticas e incentivar a pluriatividade no Semiárido, reduzindo a pressão sobre os recursos naturais. Todavia, não se percebe no leque dos contratos o incentivo a aquisição de meios de transporte, como motocicletas, nem de pequenas máquinas agrícolas adaptadas à realidade do segmento. Outra carência não atendida numa quantidade perceptível se refere ao financiamento em larga escala de tecnologias de comunicação e de informação, representando um gargalo já que a digitalização dos processos de produção e comercialização é fundamental para fortalecer a agricultura familiar (GAZOLLA; AQUINO, 2021).

Tabela 6 – Evolução dos contratos do Programa Agroamigo no Rio Grande do Norte por atividades – 2005 a 2022

ATIVIDADES	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2005-2022	%
Bovinoecultura	0	0	6.871	6.895	10.398	12.427	13.956	12.276	12.978	14.344	15.775	16.653	16.770	16.698	16.910	18.969	21.756	21.861	235.537	60,24
Ovinocultura	0	0	1.820	1.548	2.215	2.080	2.246	1.211	1.121	2.307	2.537	3.388	3.259	2.834	2.494	2.386	2.128	1.679	35.252	9,02
Suinoecultura	0	0	657	383	234	277	296	673	1.433	927	1.033	988	975	1.363	1.230	1.364	1.727	1.623	15.184	3,88
Avicultura	0	0	706	430	316	383	344	1.346	1.709	737	674	772	877	736	762	928	809	683	12.213	3,12
Caprinocultura	0	0	566	443	596	581	665	383	451	910	1.104	1.415	1.232	1.012	720	687	644	509	11.919	3,05
Fruticultura	8	64	80	138	218	352	348	370	423	391	620	941	1.000	1.081	988	1.201	1.301	1.482	11.006	2,82
Pecuária	1.808	8.455	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10.263	2,62
Caça e Pesca	219	670	347	78	189	196	194	184	453	433	622	553	709	671	854	699	872	705	8.648	2,21
Raízes e Tubérculos	13	98	148	204	25	12	70	43	94	143	132	339	773	822	892	806	682	550	5.846	1,50
Processamento/Beneficiamento de Castanha de Cajú	0	0	0	0	0	0	0	4	1	247	454	486	343	464	554	647	706	775	4.681	1,20
Serviços Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	166	1.311	814	527	708	518	281	147	10	7	3	3	0	5	11	22	9	6	4.548	1,16
Comércio	23	86	324	253	241	294	371	438	679	264	225	177	81	56	52	229	263	245	4.301	1,10
Grãos	17	223	85	38	69	80	22	39	92	61	83	154	435	621	584	449	430	569	4.051	1,04
Piscicultura	0	0	63	90	301	446	448	295	359	293	263	123	90	106	47	34	13	18	2.989	0,76
Apicultura	0	0	36	55	143	182	230	142	79	133	126	232	189	276	333	308	228	266	2.959	0,76
Artesanato	69	553	152	141	121	127	78	102	107	81	125	236	288	235	154	69	6	3	2.647	0,68
Olericultura	46	43	124	132	127	128	89	91	130	131	160	249	242	218	117	137	167	208	2.539	0,65
Gramínea	0	0	0	3	0	0	0	4	5	2	11	58	47	80	88	156	115	212	781	0,20
Processamento de Alimentos	1	4	7	4	11	6	6	5	8	5	6	20	30	25	31	53	53	40	315	0,08
Extrativismo vegetal	0	1	5	1	5	8	8	83	112	1	8	1	10	15	18	8	11	7	302	0,08
Práticas ecológicas	0	3	2	3	14	3	12	108	58	23	8	11	11	15	4	8	1	0	284	0,07
Reparação e conservação	2	2	3	2	2	2	0	3	6	18	36	57	31	31	18	16	24	20	273	0,07
Serviços pessoais e domésticos	0	1	0	1	4	2	5	8	7	12	14	21	25	9	19	19	20	10	177	0,05
Têxtil, vestuário e confecções	0	1	1	0	1	0	1	3	1	6	20	12	5	6	4	11	13	11	96	0,02
Cactácea	0	0	0	1	0	2	0	64	7	1	0	0	0	19	0	0	0	0	94	0,02
Construção civil	0	0	2	0	0	2	0	29	2	0	1	2	13	9	3	7	7	6	83	0,02
Processamento/Beneficiamento de Frutas e Hortaliças	0	0	2	0	1	3	3	1	2	1	6	6	3	9	5	8	9	4	63	0,02
Mudas e Sementes	3	6	0	2	6	2	0	4	0	3	4	4	4	4	1	1	3	0	47	0,01
Equinoecultura	0	0	8	3	19	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36	0,01
Carcinicultura (camarão)	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2	2	2	9	2	10	28	0,01
Diversas (47 atividades)	0	87	472	620	681	797	1.172	3.427	3.262	856	634	534	401	256	182	242	139	47	13.810	3,53
<b>TOTAL</b>	<b>2.375</b>	<b>11.608</b>	<b>13.295</b>	<b>11.995</b>	<b>16.645</b>	<b>18.912</b>	<b>20.850</b>	<b>21.485</b>	<b>23.589</b>	<b>22.337</b>	<b>24.684</b>	<b>27.435</b>	<b>27.845</b>	<b>27.678</b>	<b>27.077</b>	<b>29.474</b>	<b>32.138</b>	<b>31.549</b>	<b>390.972</b>	<b>100,00</b>

Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores.

A hegemonia dos financiamentos em rebanhos também é observada facilmente quando se analisa a distribuição dos contratos por gênero, mas com algumas especificidades. No geral, como apresentado no item anterior, a participação dos agricultores (53,2%) continua em média superior às contratações das agricultoras familiares (46,8%). Porém, a Tabela 7 evidencia que das 30 atividades analisadas do AGROAMIGO no Rio Grande do Norte, as mulheres obtiveram percentual maior do que os homens em nove delas, a saber: Suinocultura (53,2%), Avicultura (62,3%), Processamento/Beneficiamento de Castanha de Caju (50,7%), Comércio (62,0%), Artesanato (72,1%), Processamento de Alimentos (56,5%), Serviços Pessoais e Domésticos (72,9%), Têxtil, Vestuário e Confecções (90,6%) e Processamento/Beneficiamento Frutas e Hortaliças (60,3%).

A participação majoritária das mulheres nas atividades citadas é um sinalizador importante, pois pode se apresentar como empreendimentos a serem potenciados como cadeias produtivas e ampliadas as operações de financiamento pelo AGROAMIGO, justamente por serem atividades inovadoras. No entanto, essas nove atividades que as mulheres obtiveram maioria no percentual em relação aos homens, representam apenas 10,2% do total das operações contratadas no âmbito do programa nos seus 18 anos de atuação no estado, algo ainda insuficiente para mudar a trajetória que vem sendo trilhada.

Tabela 7 – Distribuição dos contratos das atividades produtivas financiadas pelo Agroamigo no Rio Grande do Norte por gênero, 2005 a 2022

Atividades	Contratos*	Masculino	%	Feminino	%
Bovinocultura	235.537	127.495	54,1	108.042	45,9
Ovinocultura	35.252	18.497	52,5	16.755	47,5
Suinocultura	15.184	7.113	46,8	8.071	53,2
Avicultura	12.213	4.600	37,7	7.613	62,3
Caprinocultura	11.920	6.272	52,6	5.648	47,4
Fruticultura	11.006	6.099	55,4	4.907	44,6
Pecuária	10.249	5.772	56,3	4.477	43,7
Caça e Pesca	8.648	5.774	66,8	2.874	33,2
Raízes e Tubérculos	5.846	3.216	55,0	2.630	45,0
Processamento/Beneficiamento de Castanha de Caju	4.681	2.308	49,3	2.373	50,7
Serviços Auxiliares Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	4.548	2.344	51,5	2.204	48,5
Comércio	4.301	1.633	38,0	2.668	62,0
Grãos	4.051	2.158	53,3	1.893	46,7
Piscicultura	2.989	2.171	72,6	818	27,4
Apicultura	2.959	1.723	58,2	1.235	41,7
Artesanato	2.647	739	27,9	1.908	72,1
Olericultura	2.539	1.267	49,9	1.272	50,1
Gramínea	781	428	54,8	353	45,2
Processamento de Alimentos	315	137	43,5	178	56,5
Extrativismo vegetal	302	193	63,9	109	36,1
Práticas ecológicas	284	157	55,3	127	44,7
Reparação e conservação	273	200	73,3	73	26,7
Serviços pessoais e domésticos	177	48	27,1	129	72,9
Têxtil, vestuário e confecções	96	9	9,4	87	90,6
Cactácea	94	59	62,8	35	37,2
Construção civil	83	57	68,7	26	31,3
Processamento/Beneficiamento Frutas e Hortaliças	63	25	39,7	38	60,3
Mudas e Sementes	47	24	51,1	23	48,9
Equinocultura	36	26	72,2	10	27,8

Atividades	Contratos*	Masculino	%	Feminino	%
Carcinicultura (camarão)	28	16	57,1	12	42,9
Diversas (47 atividades)	13.809	7.278	52,7	6.531	47,3
<b>Total</b>	<b>390.958</b>	<b>207.838</b>	<b>53,2</b>	<b>183.120</b>	<b>46,8</b>

Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores.

Nota: \*Na base de dados utilizada, em 14 casos, não consta a identificação do sexo do contratante do crédito, subestimando ligeiramente os números em relação ao acumulado total.

Portanto, o programa estudado tem operado nos municípios norte-rio-grandenses um conjunto de mais de 70 atividades, de 2005 a 2022. Há sinais de inovação nesse processo, mas a maior parte dos contratos e valores aplicados se concentra na pecuária bovina. Parte disso pode ser explicado pela tradição cultural do público atendido com as atividades criatórias, o que justificaria sua opção pela aquisição de animais. Realmente, no campo potiguar, como acontece no Semiárido em geral, os rebanhos são criados historicamente como uma importante fonte de alimento (carne, leite, etc.) e eles também funcionam como um tipo de poupança não-monetária dos agricultores familiares (ANDRADE, 2005; SANTOS, 2002). Contudo, outra explicação plausível para o fato refere-se à “padronização” das propostas de crédito.

A padronização acontece quando não há técnicos suficientes para atender de forma individualizada os produtores, optando-se por financiar em escala atividades pré-definidas como um padrão único e invariável para todo o público do microcrédito rural a fim de alcançar as metas estabelecidas (AQUINO; BASTOS, 2015; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006). Esse parece ser também o caso do Rio Grande do Norte, uma vez que a maior parte do segmento familiar não tem acesso a ATER pública e as UAs do Agroamigo listadas no Quadro 1 contam com apenas 58 agentes de microcrédito para atender os agricultores dos 167 municípios do estado. Apesar da competência ilibada das equipes de trabalho confirmada pela evolução dos dados discutidos nessa seção, fica claro que o contingente funcional é insuficiente para atender a demanda da clientela segundo a particularidade de suas estruturas produtivas. Os pontos positivos e negativos dessa opção estratégica vão refletir nos resultados dos recursos emprestados em várias dimensões, sinalizando a necessidade de ajustes no caminho seguido.

## 5 RESULTADOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO AGROAMIGO NO CAMPO POTIGUAR

Não é tarefa fácil aferir os impactos ou efeitos socioeconômicos do Agroamigo no Rio Grande do Norte e nos demais estados nordestinos. Isto porque faltam pesquisas atualizadas e abrangentes sobre o tema. Mesmo assim, há muitas evidências em estudos já realizados que permitem aquilatar a sua importância, limites e perspectivas. Em princípio, cabe mencionar que o programa cumpre um papel fundamental ao incluir no sistema financeiro uma parcela da população rural que dificilmente teria acesso a um empréstimo bancário sem a sua atuação. O acesso ao microcrédito gera felicidade e, em muitos casos, abre espaço para o empoderamento de segmentos historicamente excluídos, como as mulheres agricultoras (GOMES DA SILVA et al., 2007).

O papel inclusivo do Agroamigo merece ser valorizado por muitos aspectos, já que vai na contramão do movimento concentrador e seletivo que tem caracterizado o PRONAF em todo o país, ao beneficiar com seus recursos majoritariamente os setores mais capitalizados do Sul e Sudeste (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; WESZ JR., 2021). A regularidade e abrangência desse programa de microcrédito rural proporciona aos agricultores potiguares planejarem o seu futuro, sabendo em que “porta bater” caso necessitem de recursos para investir em seus sítios.



Tal aspecto é comprovado quando se realiza a comparação entre o volume total de recursos emprestados pelo PRONAF no Rio Grande do Norte, com os valores contratados pelo Agroamigo, entre 2013 e 2022 no estado, conforme demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8 – Relação entre o desempenho do PRONAF e do Agroamigo no Rio Grande do Norte, 2013 a 2020

Ano	(A) Pronaf		(B) Agroamigo		(B/A - %) Contratos	(B/A - %) Valores Contratados
	Nº Contratos	Valores Reais (R\$ 1,00)*	Nº Contratos	Valores Reais (R\$ 1,00)*		
2013	58.129	275.415.236	23.589	106.702.343	40,6	38,7
2014	45.934	311.240.796	22.337	148.404.009	48,6	47,7
2015	45.185	246.968.268	24.684	158.912.015	54,6	64,3
2016	43.725	219.914.924	27.435	162.735.326	62,7	74,0
2017	49.276	255.183.147	27.845	183.850.636	56,5	72,0
2018	47.228	246.068.708	27.678	183.268.614	58,6	74,5
2019	42.531	233.639.555	27.077	174.126.179	63,7	74,5
2020	41.326	198.997.214	29.474	154.895.289	71,3	77,8
<b>Total</b>	<b>373.334</b>	<b>1.987.427.849</b>	<b>210.119</b>	<b>1.272.894.410</b>	<b>56,3</b>	<b>64,0</b>

Fonte: BCB (2021, apud AQUINO et al., 2022) e BNB (2023).

Nota: \*Valores corrigidos pelo IPCA de 2022.

Observe-se que enquanto no PRONAF houve uma queda no número de contratos e nos valores contratados entre 2013 e 2022, no caso do Agroamigo, o movimento ocorre o contrário com uma elevação constante nesses dois indicadores, com destaque para o ano de 2016, quando o Programa operacionalizado pelo Banco do Nordeste praticamente sustentou toda a operação do PRONAF no campo potiguar. Aliás, a Tabela 8 confirma que o número de contratos celebrados pelo Agroamigo correspondia, desde 2020, quando se iniciou a crise pandêmica da Covid-19, a mais de 3/4 do total de contratos do PRONAF, havendo uma evolução positiva em relação aos valores contratados pelos dois programas em âmbito estadual.

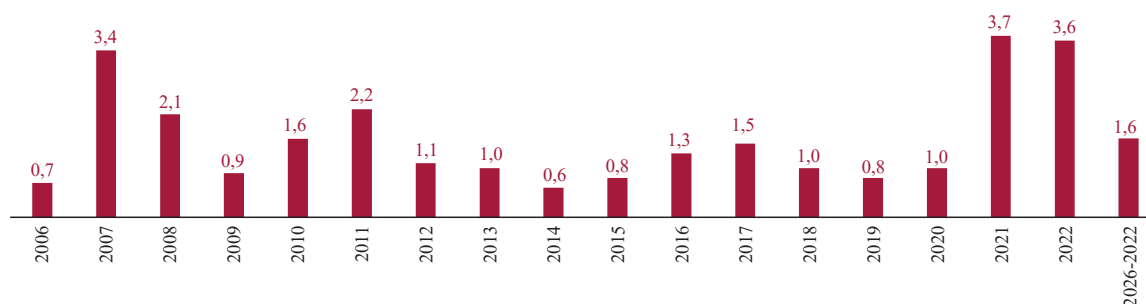
Do ponto de vista produtivo também é possível inferir outros efeitos diretos e indiretos. Apesar da grande seca que assolou os municípios norte-rio-grandenses de 2012-2017, os agricultores familiares locais mantiveram sua presença nas principais cadeias produtivas. Segundo Aquino et al. (2020), a maioria dos suínos (74,2%) e dos rebanhos de caprinos (61,8%) e ovinos (60,0%) criados nos estabelecimentos agropecuários potiguares está localizada nos pequenos sítios familiares. Além do efetivo de pequenos animais, a categoria ainda detém quase metade (49,4%) do rebanho de bovinos contabilizado pelo Censo Agropecuário do IBGE. Igualmente importante é a sua participação na produção de leite de vaca (53,1%) e de cabra (53,2%), bem como na comercialização total de mel de abelha (77,6%). Tais resultados produtivos rebatem positivamente na segurança alimentar das famílias e na geração de renda via comercialização, algo que seria difícil de imaginar sem os investimentos do Agroamigo na pecuária, mesmo considerando os baixos valores médios de cada contrato individual (R\$ 5.381,00) mostrados na Tabela 3.

Sendo assim, percebe-se que o Agroamigo desempenhou um relevante papel anticíclico durante a maior estiagem que atingiu o Rio Grande do Norte e o Semiárido nordestino nas últimas cinco décadas. Esse papel se repetiu durante a crise sanitária e econômica provocada pelas medidas de contenção da pandemia da COVID-19. De fato, como foi discutido na seção anterior, mesmo diante das crises climática e sanitária o programa manteve e elevou suas operações creditícias, sinalizando estabilidade e resiliência institucional.

Em termos gerenciais, os dados são ainda mais positivos. Em dezembro de 2022, as 15 UAs do Agroamigo no Rio Grande do Norte possuíam 79.018 clientes ativos, ou seja, CPF's com operações vigentes independente do ano e que não estavam em prejuízo para o banco (BNB, 2022). Além disso, como é possível observar no Gráfico 1, o estado apresentou uma inadimplência média

muito baixa no período de 2006 a 2022 (1,6%), tendo os percentuais mais elevados sido contabilizados durante a pandemia, em 2021 (3,7%) e em 2022 (3,6%).

Gráfico 1 – Evolução da inadimplência do AGROAMIGO no Rio Grande do Norte, 2006 a 2022 (Em %)



Fonte: BNB (2023). Elaboração dos autores.

Note-se que a baixa inadimplência média do Agroamigo, em muitas situações, tem sido utilizada como indicador para medir um suposto sucesso econômico das operações financiadas. Isto, porém, não é recomendável porque as sucessivas renegociações de dívidas realizadas na última década atrapalham a estimativa, não possibilitando afirmar se o programa se sustenta financeiramente devido ao bom resultado dos empréstimos produtivos realizados ou se pelos rebatimentos e perdão de parcela expressiva dos débitos (BNB, 2022b).

O dado concreto é que o grosso do público potencial do Agroamigo no estado continua dentro da faixa do Grupo B do PRONAF, com rendimentos brutos anuais de R\$ 20 mil a R\$ 23 mil. Em 2017, o valor total de toda a sua produção agropecuária, foi inferior a R\$ 6 mil (AQUINO et al., 2020). Esse é um indicador preocupante que pode ter se agravado durante a pandemia da Covid-19 e, em parte, não resolvido para aqueles que têm acesso ao microcrédito, tendo em vista alguns limites apresentados.

Os limites do Agroamigo para ampliar a renda da sua clientela apresentam múltiplas origens. Um fator que tem marcado a atuação do programa nos municípios potiguares é que ainda permanece baixa sua articulação com outras políticas de inclusão produtiva. Isto dificulta a criação de sinergias geradoras de renda (AQUINO et al., 2017). Como se sabe, desde os anos 2000, um conjunto importante de políticas públicas foi criado, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Para essa nova configuração, Gazolla e Schneider (2017) e Preiss e Schneider (2020) chamam a atenção para a importância das cadeias curtas, ou circuitos curtos, como estratégias em que é organizada a produção e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, numa ação localizada no sentido de conectar a oferta do produtor com a demanda do consumidor, visando com isso a dinamização cada vez mais intensa de mercados regionais.

Outra questão é a baixa diversificação dos contratos, como abordado na seção anterior. De fato, apesar de esforços empreendidos a partir do ano de 2010 por parte do Banco do Nordeste no sentido de apoiar e estimular cadeias produtivas potenciais, a exemplo da apicultura, da piscicultura, além de ampliar as iniciativas voltadas à indústria rural e a agroindústria de pequeno porte, como atividades têxteis, processamento de alimentos, unidades familiares de polpa de frutas, entre outras, os dados analisados mostram pouco avanço nesta direção. Isto representa um impasse a ser resolvido, uma vez que a utilização do microcrédito rural para ser potencializada necessita de uma associação cada vez mais próxima com as economias de pequena escala do meio rural. A finalidade seria possibilitar processos de integração da agricultura familiar mais pobre (público-alvo do PRONAF B) com a agroindústria de pequeno porte, e que essa integração aconteça sob a coordenação e gestão de cooperativas capazes de construir e ampliar mercados (NUNES et al., 2015a).

Dessa maneira, o recomendável é que, para o segmento do Agroamigo Crescer, o crédito produtivo de custeio deva estar articulado a iniciativas estruturantes de investimentos (inclusive naqueles casos em que o fomento de infraestruturas econômicas não tenha previsão de reembolso monetário), sendo os projetos formulados e executados com participação ativa das famílias, considerando a viabilidade produtiva, técnica e organizativa, além de estarem embasados em estudos consistentes de potencial de acesso a mercados, de forma a não gerar inadimplência e desvios de finalidade.

Mas, se há desafios a serem superados, percebe-se também que o Agroamigo alcança a maioridade aos 18 anos com inovações na sua estrutura não captadas nas tabelas da base de dados trabalhada aqui (BNB, 2023). Trata-se da criação recente de três novas linhas operacionais do programa: água, sol e net. Conforme é possível visualizar na Tabela 9, essas novas linhas de financiamento somaram 2.273 contratos e aplicaram R\$ 7,6 milhões em 2022, números bastante reduzidos se comparado aos montantes registrados na penúltima linha da Tabela 3. De qualquer forma, elas não podem ser menosprezadas porque inserem a política de microcrédito rural no paradigma da convivência sustentável com o semiárido, financiando a ampliação do acesso a água e a geração de energia renovável do sol de modo descentralizado, bem como a promoção da inclusão digital.

Tabela 9 – Novas linhas de crédito do Agroamigo para a sustentabilidade e inclusão digital no Rio Grande do Norte – 2022

Denominação	Nº Contratos	Valor (R\$ 1,00)
Agroamigo Água	2.107	7.205.200
Agroamigo Sol	40	218.600
Agroamigo Net	126	227.700
<b>Total</b>	<b>2.273</b>	<b>7.651.500</b>

Fonte: BNB (2022a).

Com efeito, esse novo apelo sustentável do Agroamigo parece sintonizar o programa com aquilo que alguns autores têm denominado FEW Nexus (FEITOSA et al., 2022; MARSDEN, RUCINSKA, 2019; SOARES; SILVA, 2023). A abordagem FEW Nexus (FEW – *Food, Energy and Water*) foi criada com a perspectiva dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que definem a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Em síntese, ela representa a interseção entre a produção de alimentos, energia e água, que são três componentes interdependentes e que, juntos, constituem a força vital da natureza e são afetados pelas mudanças climáticas. Logo, os financiamentos do programa na pecuária precisam se integrar cada vez mais com a melhoria da infraestrutura hídrica e a produção de energia limpa. Tudo isso ampliado pelo incremento do processo de digitalização.

A conexão entre a produção de alimentos, água, energia e digitalização vai ao encontro das necessidades dos agricultores familiares quanto à estruturação de sistemas agroalimentares sustentáveis e diversificados. Tais elementos podem ser completados com o fortalecimento da agroindústria de pequeno porte, numa estratégia que viabilize a internalização das telecomunicações para uma gestão mais intensiva em digitalização, e o uso de energias renováveis (em abundância no Rio Grande do Norte) no âmbito das cooperativas, visando processos de modernização e a sustentabilidade das cadeias produtivas da agricultura familiar, que se localiza predominantemente no semiárido estadual.

O avanço desse caminho exigirá um novo olhar dos operadores do Agroamigo para atividades inovadoras e cada vez mais geradoras de menos carbono, como as baseadas na agroecologia. Além disso, a perspectiva dos 17 ODS pode contribuir no sentido de reduzir desigualdades, de gerar oportunidades de inclusão, de construção de mercados etc., através de estratégias para as cadeias produtivas mais promissoras e potenciais para a construção de dinâmicas locais de desenvolvimento rural. Essas diretrizes, de certo modo, estão presentes nas três linhas de financiamento do

programa citadas na Tabela 9. Novos estudos sobre o tema poderão informar se elas vão prosperar ou se o viés pecuário que marcou seus primeiros 18 anos de existência continuará sem alterações profundas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar a evolução, desafios e perspectivas do programa Agroamigo no Rio Grande do Norte nos seus primeiros 18 anos de existência, de 2005 a 2022. Para a consecução desse objetivo geral, foi realizada uma revisão de parte da bibliografia sobre o tema, a compilação de dados estatísticos do Censo Agropecuário 2017 e tabulações das operações de microcrédito rural fornecidas diretamente pela equipe do ETENE-BNB.

Em linhas gerais, o trabalho mostra que o público do Agroamigo é formado praticamente por todos os agricultores familiares do Rio Grande do Norte, destacando-se a parcela mais pobre da categoria que representa em torno de 80% do total. Esses agricultores de baixa renda têm pequenas áreas de terra e são caracterizados por “múltiplas carências”, tais como: baixo nível de organização coletiva em cooperativas, pouquíssimo acesso a ATER, baixo uso de irrigação, além do reduzido acesso à maquinaria e à internet. Nesse contexto, o programa vem preencher uma lacuna importante, ao lhes possibilitar a oportunidade de realizar investimentos produtivos.

A estrutura operacional do Agroamigo no Rio Grande do Norte está formada por 15 unidades de atendimento espalhadas em toda a geografia do território estadual. Essas unidades têm um corpo funcional de 91 técnicos ligados ao Instituto Nordeste Cidadania (INEC), parceiro no BNB na operação da política. Desse total, 58 são agentes de microcrédito rural, principais responsáveis por estabelecer a relação de reciprocidade com os agricultores, divulgando as linhas de financiamento, elaborando as propostas de crédito, monitorando o correto pagamento e a renovação dos contratos.

No período analisado, notou-se uma evolução crescente das operações contratuais e nos valores aplicados pelo Agroamigo no campo potiguar. Se o programa começou tímido em 2005, com pouco mais de 2.300 operações e R\$ 5,8 milhões em recursos aplicados, 18 anos depois, em 2022, o número de contrato já foi superior a 31 mil e o valor real alcançou R\$ 203,6 milhões. No acumulado do período, foram celebrados 390.972 contratos e o montante aplicado superou a cifra de R\$ 2,1 bilhões, com valores reais médios de R\$ 5.381,00. Com efeito, a maior parte das operações foi direcionada para os homens, os agricultores familiares, mas chama a atenção o fato de as mulheres registrarem uma presença expressiva e crescente no programa. Na série estatística analisada, a sua participação sempre foi superior a 40% dos contratos, se aproximado da metade nos três últimos anos.

O trabalho sugere que essa participação expressiva das mulheres, que ocorre em praticamente todos os municípios norte-rio-grandenses, pode representar um processo inovativo na diversificação dos empreendimentos familiares potiguares. Todavia, ao analisar o perfil das operações percebe-se que há ainda um forte viés concentrador em relação a pecuária, especialmente bovina, que ao longo do tempo tem concentrado o grosso dos recursos do microcrédito no estado. Essa concentração, que também acontece nos demais estados nordestinos, é um dos limites do programa que financia mais de 70 diferentes atividades dentro do campo potiguar.

A novidade nesse aspecto é que foram identificadas algumas atividades além da bovinocultura em que a presença das mulheres é significativa, sinalizando um caminho para uma possível diversificação. A monotonia nas operações de crédito nas criações de gado bovino se deve a vários elementos, entre eles fatores culturais, mas também a insuficiência de agentes de crédito para realizar um atendimento particularizado dos agricultores familiares, sendo esse um gargalo a ser superado no futuro.

Já em termos dos possíveis resultados do microcrédito, o artigo mostra que o Agroamigo tem efeitos diretos e indiretos em vários aspectos. Eles vão desde a bancarização e a inclusão finan-

ceira dos agricultores familiares, até a segurança no planejamento produtivo na realização de projetos pelos agricultores familiares. Também parecem importantes os seus efeitos nas atividades econômicas, principalmente naquelas atividades pecuárias que os agricultores familiares têm grande participação.

O financiamento das lavouras e rebanhos pelo Agroamigo tem contribuído para manter e ampliar a participação do público atendido pelo microcrédito rural como produtores e ofertantes de alimentos nas feiras municipais que funcionam como canais curtos de comercialização. Além disso, durante a grande seca e a pandemia da Covid-19, o programa demonstrou estabilidade e resiliência institucional, desempenhando um papel anticíclico que beneficiou especialmente os agricultores familiares pobres classificados no Grupo B do PRONAF.

Nos aspectos gerenciais e financeiros, por sua vez, o destaque é para a manutenção da carteira ativa do programa e as baixas taxas de inadimplências durante o período analisado. Provavelmente, isto garantirá sua expansão nos próximos anos considerando a demanda crescente de um público estimado grosseiramente no texto em 100 mil clientes potenciais. O problema é que com as sucessivas renegociações de dívidas não se sabe ao certo se o programa está gerando realmente um impacto na renda, tendo em vista alguns de seus limites quanto à integração com outras políticas públicas de desenvolvimento rural e a reduzida diversificação econômica.

Note-se ainda que o baixo nível de inadimplência não significa que estejam sendo gerados processos sustentáveis de intensificação produtiva da agricultura familiar. A questão é que os empréstimos têm se concentrado em atividades já tradicionais na região, como a bovinocultura, sem estarem necessariamente inseridos em projetos estruturantes de investimentos, cujo planejamento considere a viabilidade produtiva, técnica e gerencial, sobretudo no que concerne às condições fisioclimáticas do ambiente semiárido e o potencial de acesso a mercados.

De qualquer forma, observa-se na operação do Agroamigo alguns avanços recentes, como a criação de novas linhas de crédito: os Agroamigos água, sol e net. Essas novas linhas, embora ainda bastante tímidas, sinalizam um caminho promissor para promover a sustentabilidade e a inclusão digital dos agricultores familiares do Rio Grande do Norte. Isso porque tal estratégia pode conectar o programa ao que a agenda internacional tem chamado de FEW Nexus, que seria a integração entre a produção de alimentos, água e energia renovável, associado com o incremento dos processos de digitalização, agroindustrialização e organização cooperativa das atividades produtivas e das cadeias curtas de comercialização.

Vale salientar, por fim, que a análise empreendida aqui foi bastante incipiente, carecendo ser enriquecida com estudos avaliativos qualitativos e quantitativos mais amplos a partir de pesquisa de campo. Essas avaliações devem versar sobre diferentes temas, como a percepção dos produtores, comparação de públicos beneficiários do crédito e não beneficiários, casos de sucesso e insucesso, empoderamento das mulheres, impactos das energias renováveis e da digitalização etc. Seus frutos poderão ser um conjunto de evidências atualizadas indispensáveis para subsidiar o aprimoramento do Agroamigo e a sua continuidade para o fortalecimento da agricultura familiar. O programa alcançou a maioria e agora ele precisa ingressar numa nova fase de sua vida, de maior integração com outras políticas de desenvolvimento rural, de maior diversificação, de maior sustentabilidade, especialmente no contexto do semiárido potiguar e nordestino.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à equipe do ETENE-BNB e à gerência do Escritório Regional do Agroamigo em Natal/RN pela disponibilização dos dados utilizados na pesquisa. Erros e omissões que porventura existam no conteúdo apresentado são inteiramente de nossa responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 369-383.
- ABRAMOVAY, R. et al. **Cinco anos de AGROAMIGO**: retrato do público e efeitos do Programa. 2. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2013.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- AQUINO, J. R. et al. Agricultura Familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 113-131, 2020.
- AQUINO, J. R. et al. Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o Programa Bolsa Família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 48, n. 4, p. 155-173, out./dez., 2017.
- AQUINO, J. R. et al. Políticas públicas de emprego e renda no campo: uma análise da evolução recente do PRONAF no Rio Grande do Norte. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise (IPEA)**. Brasília, nº 74, ano 28, p. 113-127, out. 2022.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa AGROAMIGO na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul. 2015.
- AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, Supl. 1, p. 167-188, 2014.
- AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.
- BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012.
- BCB – BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural (MCR)**: beneficiários do PRONAF. 2022. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4fb1.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.
- BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **AGROAMIGO**: Caderno Gerencial (Dezembro/2022). Fortaleza: BNB, 2022a.

\_\_\_\_\_. **Banco do Nordeste oferece até 95% de desconto para quitação de dívidas.** Fortaleza, 2022b. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset\\_publisher/QGdgGhxvRtMv/content/banco-do-nordeste-oferece-at%25C3%25A9-95-de-desconto-para-quita%25C3%25A7%25C3%25A3o-de-d%25C3%25ADvidas-1/44540#:~:text=Descontos%20de%20at%C3%A9%2090%25%20em%20opera%C3%A7%C3%B5es%20do%20FNE&text=Os%20descontos%20para%20d%C3%ADvidas%20com,n%C3%A3o%20apresente%20inaplica%C3%A7%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito](https://www.bnb.gov.br/imprensa/noticias/-/asset_publisher/QGdgGhxvRtMv/content/banco-do-nordeste-oferece-at%25C3%25A9-95-de-desconto-para-quita%25C3%25A7%25C3%25A3o-de-d%25C3%25ADvidas-1/44540#:~:text=Descontos%20de%20at%C3%A9%2090%25%20em%20opera%C3%A7%C3%B5es%20do%20FNE&text=Os%20descontos%20para%20d%C3%ADvidas%20com,n%C3%A3o%20apresente%20inaplica%C3%A7%C3%A3o%20de%20cr%C3%A9dito). Acesso em: 4 maio 2023.

\_\_\_\_\_. **Operações de crédito do Agroamigo por municípios:** Nordeste e estados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023. (Documento elaborado em planilha Excel).

DANTAS, G. W.; AQUINO, J. R. Microcrédito rural e agricultura familiar no Nordeste: uma análise do Programa AGROAMIGO no Vale do Açu-RN. **GeoTemas**. Pau dos Ferros/RN, v. 8, n.3, p. 80-99, out./dez., 2018.

DEL GROSSI, M. E. **Algoritmo para delimitação da agricultura familiar no Censo Agropecuário 2017, visando à inclusão de variável no banco de dados do censo, disponível para ampla consulta.** Brasília: FAO/SAF-MAPA/Finatec, 2019.

FEITOSA, E. R. M. et al. Nexus: agricultura familiar, energias renováveis e construção de mercados nos territórios rurais do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 3, e238969, 2022. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238969>.

GAZOLLA, M.; AQUINO, J. R. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 427-460, jun. 2021.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas:** negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GOMES DA SILVA, A. et al. **Impactos do PRONAF B sobre o meio rural na região Nordeste.** Natal/RN: UFRN/IICA/NEAD/FUNPEC, 2007. 59p. (Relatório de Pesquisa).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2017:** resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B.** São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p. (Texto Mimeo).

MARSDEN, T.; RUCINSKA, K. **After COP21:** Contested transitions in the Energy/Agriculture Food Nexus. *Sustainability*, (March), 2019.

NERI, M. **O mistério nordestino e o Grameen brasileiro:** perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NUNES, E. M. et al. Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o AGROAMIGO investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 53-69, 2015a.

NUNES, E. M. et al. O AGROAMIGO e a estruturação da agricultura familiar em Territórios da Cidadania: impactos na cadeia da apicultura no Sertão do Apodi (RN). **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p. 103-120, 2015b.

PILON, A. A.; NUNES, E. M. O Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (AGROAMIGO) nos territórios do Rio Grande do Norte. **Cadernos de Economia**. Chapecó/SC, v. 26, p. 1-25, 2022.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Sistemas Alimentares no século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2020.

SANTOS, A.; GOIS, F. F. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: PREMIUS, 2011.

SANTOS, P. P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte: século XVI ao XXI**. 2. ed. Natal/RN: Departamento Estadual de Imprensa, 2002.

SILVA, A. F.; SILVA, C. N. M. A atuação do AGROAMIGO junto aos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF na área de abrangência do Banco do Nordeste – Agência de Pau dos Ferros (RN). **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 125-142, jul./set. 2019.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Fortaleza: BNB, 2010.

SILVA, R. M. A. et al. Características produtivas e socioambientais da agricultura familiar no Semiárido brasileiro: evidências a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 314-338, dez. 2020.

SOARES, H. M.; SILVA, T. N. Few Nexus (nexo alimento-energia-água) na agricultura familiar: um estudo de caso na RedeCoop/RS. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n. 4, e263869, 2023. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.263869>.

SOUZA, E. M.; AQUINO, J. R. A Grande Seca e seus efeitos na produção agropecuária do Rio Grande do Norte: 2012-2016. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, ano XXIX, n. 2, p. 174-195, jul./dez. 2018.

WESZ JR., V. J. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**. Chapecó/SC, v. 30, n. 51, p. 89-112, 2021.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. São Paulo: Ática, 2008.